

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude/Ceam/UnB

Disciplina - Políticas Públicas, democracia e participação social. Código: PPGPIJ0005 CH – 45h;

Datas: Abril (7;14;28); Maio (5;12;19;26); Junho (2;9;16;23;30) de 2025

Horário: 2as, 8h30 às 11h45

Local: Pós-graduação do Ceam - Pavilhão Multiuso 1 - Bloco C, 1º andar (ao lado do auditório SintFub)

Docentes: Profa. Dra. Maria Raquel Gomes Maia Pires; Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA – 2025.1

(Sujeito a alterações no decorrer das aulas)

Ementa: As políticas públicas e seu desenvolvimento na perspectiva de mediação entre Estado, sociedade civil, poder legislativo e poder judiciário. A análise de políticas públicas como instrumento de análise do Estado e das práticas governamentais. O processo de formulação das políticas públicas no Brasil. Políticas públicas, Estado e democracia na conformação da cidadania. A questão da participação social e a garantia do Estado democrático de direito. Judicialização das políticas públicas. Estudos sobre políticas públicas direcionadas à infância e juventude. Direitos da criança e do adolescente e políticas públicas.

Apresentação

O curso discute a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na conquista da cidadania de crianças, adolescentes e jovens. As três categorias teóricas estampadas no título da disciplina orientam os respectivos módulos temáticos, a saber, 'Democracia', 'Políticas Públicas', 'Participação Social'. Iniciamos pelo debate acerca das teorias democráticas, haja vista o contexto de crise no Estado democrático de direito, em nível nacional e global, especialmente com a emergência de governos e movimentos da extrema direita. Cabe aqui, talvez, relembrar a atualidade da clássica questão colocada por Theodor Adorno e Max Horkheimer no prefácio da *Dialética do esclarecimento* (1945), qual seja: “por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO, 1985, p11). Isso porque, se nos tempos de pós-segunda guerra que originou essa famosa questão o fascismo de Hitler fora derrotado, o mesmo não se pode dizer das condições que o originaram. Muito ao contrário disso, as premissas

do fascismo, calcadas na pretensão de domínio da natureza pelo ser humano, engendram o próprio processo civilizatório de uma modernidade em crise, bem como as contradições intrínsecas ao capitalismo. Dessa forma, sob o risco atual de “morte das democracias” por corrosão interna, isto é, a partir de suas próprias instituições (LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel, 2018), urge discutirmos as possibilidades e os limites do Estado de direito diante dos constantes ataques de discursos e de governos totalitários.

Isso posto, o *Módulo 1 - Estado, Democracia e Políticas Públicas* - pergunta pelos limites da luta por igualdade diante do apagamento das diferenças - necessárias para o tensionamento conflitivo e traço indiscernível do político. As seguintes questões norteiam as discussões: Como lidar com o “mal-estar” (se assim podemos chamar) da democracia nos contextos em que a ‘luta por igualdade’ flerta constantemente com discursos autoritários? Quais os limites da democracia como deliberação pública por assentimentos universais que oprimem a expressão de singularidades? Seria o consenso a melhor forma da democracia? Quais as objeções da epistemologia feminista às teorias deliberativas, contraposta pela democracia agonista? Como lidar com os antagonismos inconciliáveis que impedem consensos mínimos no jogo político por conquistas igualitárias, no âmbito da conformação das políticas públicas? A guisa de síntese, abordar-se-á o clássico tensionamento filosófico entre o universal e o particular, transposto para a correlação de forças entre os interesses público e privado que configuram a noção de Estado, com ênfase na formulação de políticas públicas.

A par do debate clássico das teorias deliberativas e agonistas da democracia, discutiremos, então, os reflexos nas políticas sociais, à luz da interseccionalidade. Ou seja, entram em cena as discussões sobre a perspectiva indiscernível entre gênero, raça, classe, etnia e geração, no âmbito das políticas públicas para a infância e juventude. Debateremos as concepções multidisciplinares de políticas públicas, suas críticas e desafios, articulada a complexidade de uma democracia em crise.

O *Módulo 2, Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude*, objetiva refletir sobre o processo de produção das políticas públicas e a interface Estado/Sociedade. Especificamente, a argumentação tem como foco os múltiplos papéis e embates que atores sociais assumem nos processos de formação de agenda, tomada de decisão e monitoramento das políticas públicas. Serão objeto de discussão o contexto e as especificidades da participação da sociedade na formulação das políticas para a infância e juventude no Brasil.

Objetivos

Geral: Refletir sobre a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na configuração da cidadania de crianças, de adolescentes e de jovens.

Específicos:

- Discutir as principais teorias da democracia, a crítica feminista e sua influência sobre o debate da cidadania ativa, no âmbito das políticas sociais;
- Articular as concepções de políticas sociais e das políticas públicas em perspectiva interseccional;
- Compreender o processo de produção das políticas públicas para a infância e juventude no Brasil.

Módulos Temáticos

Módulo 1 – Estado, democracia e políticas públicas – Profa. Maria Raquel Gomes Maia Pires

- 1.1- Teoria Crítica: os limites da democracia e o recrudescimento da ameaça fascista.
- 1.2- Teorias deliberativas da democracia – John Rawls e Habermas
- 1.3-Crítica feminista: agonismo e cidadania democrática em Chantal Mouffe
- 1.4-Teoria Crítica, Nancy Fraser e Políticas Públicas: justiça como reconhecimento ou redistribuição?
- 1.5 - Formulação, análise e avaliação de Políticas Públicas: abordagens multidisciplinares

Módulo 2 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude – Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos -

- 2.1 - O Princípio da Municipalização das Políticas Sociais para a infância e adolescência (descentralização/territorialização, intersetorialidade e articulação para proteção).
- 2.2 - Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil - Parte I (1960 a 2002).
- 2.3 - Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil – Parte Parte II (2003 a 2023).
- 2.4 - Políticas para a infância e a participação institucionalizada (Conselhos e Conferências).
- 2.5 - Experiências de participação de crianças, adolescentes e jovens.
- 2.6 - Monitoramento e avaliação de políticas para infância e juventude.

Didática

As aulas contemplam discussão, debates e reflexões de textos previamente indicados nos encontros presenciais. Recomenda-se a leitura previa para maior aproveitamento das aulas. Serão disponibilizadas referencias diversas na pasta da disciplina e ao longo das aulas.

Avaliação

- Será cobrado um artigo teórico-conceitual, norteado por uma questão reflexiva, sobre uma das três categorias que embasam a disciplina: 'Democracia'; 'Políticas Públicas'; 'Participação Social'. Cada estudante optará por uma das categorias para desenvolver o trabalho, desde que a turma se distribua quantitativamente entre elas de forma equânime.
- A escrita do trabalho final será precedida de um roteiro prévio, corrigido pela(o) docentes, contendo a questão de reflexão, objetivos e argumento central que será desenvolvido no trabalho, em até 3 páginas. Será disponibilizado um roteiro orientador para essa atividade;
- Aspectos formais: máximo 10 páginas, inclusas referências completas utilizadas; não incluir capa: cabeçalho simples, nome completo e matrícula; espaço 1,5, fonte 12; inclua título, resumo e estruturas clássicas do trabalho científico.

CRONOGRAMA¹

DATA	TEMA	REFERÊNCIAS /ATIVIDADES
MÓDULO 1 - Estado, democracia e políticas públicas		
7/04	Apresentação do Programa e da Disciplina. <i>Quais os limites da democracia como deliberação pública por assentimentos universais que oprimem a expressão de singularidades? Seria o</i>	Degustação: Han, Byung-Chul. Algofobia. In: Han, Byung-Chul. Sociedade paliativa: a dor hoje; tradução Lucas Machado. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2021. Complementar: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

¹ Sujeito a alterações no decorrer das aulas.

	<i>consenso a melhor forma da democracia?</i>	
14/04	1.1- Teoria Crítica: os limites da democracia e o recrudescimento da ameaça fascista.	Principal: ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor. Palavras e Sinais. Modelos Críticos 2. Tradução: Maria Helena Ruschel; Supervisão: Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1995; ADORNO, Theodor. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor. Ensaios sobre a Psicologia Social e Psicanálise. Trad.: Verlaine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015.
28/04	1.2- Teorias deliberativas da democracia – John Rawls e Habermas	Principal: Habermas, J. ‘Três modelos normativos de democracia’. In: Habermas, J. ‘A inclusão do outro: estudos de teoria política’. São Paulo: Loyola, 2002 Complementar: consultar pasta da disciplina
05/05	1.3-A Crítica feminista às teorias deliberativas: teoria agonista e a cidadania democrática de Chantal Mouffe	Mouffe, C. A cidadania democrática e a comunidade política. Estudos de Sociologia. V. 2, n. 2 (1997), 59-68. Mouffe, C. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia e Política, n.25, p.11-23, 2005. Complementar: consultar pasta da disciplina
12/05	1.4-Teoria Crítica, Nancy Fraser e Políticas Públicas: justiça como reconhecimento ou redistribuição?	Principal: Fraser, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. MEDIAÇÕES, LONDRINA, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009; Fraser, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas [online]. 2007, v. 15, n. 2 Complementar: Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006

19/05	1.5 - Formulação, análise e avaliação de Políticas Públicas: abordagens multidisciplinares	SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, questões de concurso. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. Complementar: Pasta
26/05	Formulação, análise e avaliação de Políticas Públicas: abordagens multidisciplinares	MARQUES, E; FARIA, CAP (Org.) A política pública como campo interdisciplinar. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018
Módulo 2		
02/06	O Princípio da Municipalização das Políticas Sociais para a infância e adolescência (descentralização/territorialização, intersectorialidade e articulação para proteção).	Estratégias (Debate a partir de textos) “Políticas Sociais para a Infância e Adolescência” - Guia para Gestão Pública-. Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo, 2021. “O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico”. Maria do Carmo Lessa Guimarães”.
09/06	Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil - Parte I (1960 a 2002)	Dagnino, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, No. 5 – outubro de 2004. Gohn, M.G. (2019). Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
16/06	Breve história da participação no Brasil - Parte II (2003 a 2023)	Gohn, M.G. (2016). Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.10 N.3 2016 ISSN: 1984-1639. Morais, Neiara de; Silva, Maria Andréa Luz da; Frota, Francisco Horácio. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. Revista Debate, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246

23/06	Políticas para a infância e a participação institucionalizada (Conselhos e Conferências)	<p>Almeida, C.; Tatagiba, L. (2012) Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012</p> <p>Tatagiba, L. (2002). Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: Dagnino, E. (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p> <p>Santos, B. R. (2011) Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no marco do 21º aniversário do ECA: Os desafios da política de proteção integral (mimeo).</p>
30/06	Experiências de participação de crianças, adolescentes e jovens.	<p>Estratégias: Os debates sobre os desafios da participação de crianças e adolescentes serão propostos a partir de experiências recentes, especialmente, nos conselhos e conferências.</p> <p>Couto, R. M. B.; Rizzini, I.; Bush, M. Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho.</p>
07/07	Monitoramento e avaliação de políticas para infância e juventude	<p>Sousa, M. F. (2013). Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. Curso Formação ENAP.</p> <p>Santos, B. R. (2024). Balanço dos 33 anos de Implementação do ECA. Apresentação em PPT.</p>

Referencias

Módulo 1 - Estado, democracia, participação social

Principal

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor. Palavras e Sinais. Modelos Críticos 2. Tradução: Maria Helena Ruschel; Supervisão: Álvaro Valls. Petrópolis: Vozes, 1995;

ADORNO, Theodor W; HORKEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos. Trad.: Guido de Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985;

ADORNO, Theodor. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor. Ensaios sobre a Psicologia Social e Psicanálise. Trad.: Veraine Freitas. São Paulo: Unesp, 2015;

Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006

Fraser, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas [online]. 2007, v. 15, n. 2

Habermas, J. ‘Aprender com as catástrofes?’ In: Habermas, J. A constelação pós-nacional: ensaios políticos. Trad.: Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001

Habermas, J. ‘Três modelos normativos de democracia’. In: Habermas, J. ‘A inclusão do outro: estudos de teoria política’. São Paulo: Loyola, 2002

Han, Byung-Chul. Algodofobia. In: Han, Byung-Chul. Sociedade paliativa : a dor hoje; tradução Lucas Machado. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2021.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar, 2018

MARQUES, E; FARIA, CAP (Org.) A política pública como campo interdisciplinar. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018

Miguel, LF. Consenso e conflito na teoria democrática. In: Lua Nova, São Paulo, 92: 13-43, 2014

Mouffe, C. A cidadania democrática e a comunidade política. Estudos de Sociologia. V. 2, n. 2 (1997), 59-68.

Mouffe, C. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia e Política, n.25, p.11-23, 2005.

Rawls, J. O Liberalismo político. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo: editora ática. 2000 (Livro 1, conferência 1).

SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, questões de concurso. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

Complementar: Consultar pasta da disciplina

Módulo 2 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude

Principal

Almeida, C.; Tatagiba, L. (2012) Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012

Couto, R. M. B.; Rizzini, Irene; Bush, Malcom Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: CIESPI (Relatório de Pesquisa).

Dagnino, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, No. 5 – outubro de 2004.

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Políticas Sociais para a Infância e Adolescência - Guia para Gestão Pública. São Paulo: Fundação Abrinq, 2021.

Guinmarães, Maria do Carmo. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. Organ. Soc. 9 (23) • Abr 2002

Gohn, Maria da Glória. Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

Gohn, Maria da Glória. Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.10 N.3, 2016.

Morais, Neira de; Silva, Maria Andréa Luz da; Frota, Francisco Horácio. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. Revista Debate, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246

Santos, B. R. Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no marco do 21º aniversário do ECA: Os desafios da política de proteção integral (mimeo), 2011.

Sousa, Marconi Fernandes. Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. Curso Formação ENAP, 2013.

Complementar

Arretche, Marta. "Democracia e a redução da desigualdade econômica no Brasil – A inclusão de outsiders. RBCS Vol. 33 nº 96 /2018: e339613, 2018.

Tatagiba, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil, In.: Dagnino, Evelina (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.